

JORNAL ADUNICAMP

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo • Ano XVII • Outubro/2000

Balanço da greve: um exercício retrospectivo

O ICMS vai bem,
os nossos salários nem tanto,
porém melhorando

Página 8

Fórum em defesa da
universidade Pública

Página 10

Docentes da Parte Especial:
quem são? Para onde vão?

Página 11

Votação da LDO 2001

Página 12

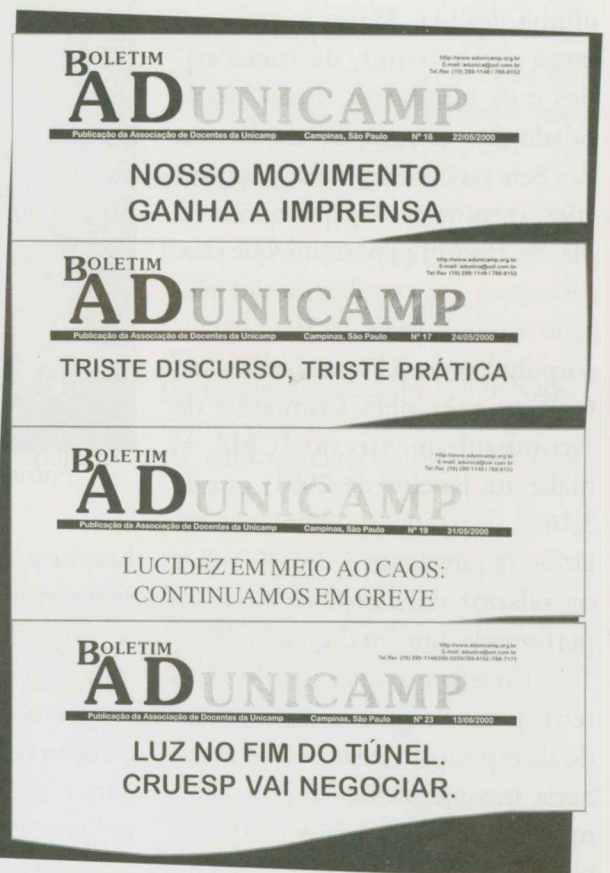
Formação dos
profissionais da educação

Página 13

Reconstruir a democracia e a
autonomia no Andes-SN para
assegurar a universidade
pública, gratuita e de qualidade

Página 15

A campanha salarial de 2000 nas universidades públicas paulistas foi marcada por uma greve realizada por docentes, funcionários e estudantes que se estendeu por mais de 50 dias. O elevado nível de mobilização e participação das categorias foi decisivo para quebrar a postura de intransigência dos reitores que insistiam em condicionar o reajuste salarial deste ano aos orçamentos aprovados pelos conselhos universitários, baseados em previsões então já desatualizadas de arrecadação de ICMS. Além de conquistar um reajuste bastante superior ao oferecido pelos reitores e uma política salarial — com resultados muito positivos (6,7% em outubro) — o movimento fez com que a grande imprensa e outras mídia abrissem espaço para debates a respeito dos sérios problemas que afligem a universidade pública. Ao mesmo tempo, contribuiu para o aprofundamento da consciência sobre a situação das instituições públicas de ensino superior no



Brasil, por parte dos três segmentos da universidade, e para o fortalecimento das entidades representativas das categorias. O Jornal Adunicamp dedica 10 páginas deste número a um balanço e uma avaliação da greve e seus desdobramentos, com o objetivo não apenas de preservar a memória como de consolidar a experiência conquistada com esse movimento vitorioso.

BALANÇO DA GREVE

Campanha salarial 2000

“...não há greve derrotada. Toda greve é sempre um ganho, um progresso. Progresso em coesão, progresso em consciência, progresso em combatividade (...). Depois desta greve, poderemos, com muito mais segurança, enfrentar o problema que é este descalabro que está pairando sobre a universidade”

Antonio Candido, em Assembléia da Adusp, na greve de 2000

As Universidades Estaduais Paulistas realizaram, entre o final de abril e o início da segunda quinzena de junho deste ano, uma das mais belas e vitoriosas greves da última década. Marcada pela firmeza de docentes, de funcionários e de estudantes, e pela maturidade dos integrantes do Fórum das Seis na condução das negociações, o movimento, que durou 53 dias na Unicamp, permitiu que chegássemos, em outubro, a um reajuste acumulado de 18,7%, aí já incorporados os 6,7% definidos dia 6 deste mês pela Comissão de Acompanhamento do ICMS. E mais: até janeiro de 2001, outros 3,16% serão incorporados aos salários (equivalente a 3,75% sobre os salários de março deste ano), perfazendo um total de 22,45%.

Façamos agora um exercício retrospectivo: qual era nosso estado de espírito em março deste ano? Seria incorreto dizer que experimentávamos um sentimento de impotência e de derrotismo diante de um desmantelamento aparentemente inevitável da universidade? Seria incorreto dizer que a idéia de soluções individuais parecia se so-



Faixa exposta na sede da Adunicamp logo após a suspensão da greve.

brepor a qualquer iniciativa coletiva para enfrentar a situação? Nesse exercício retrospectivo, sobressai a vitória de nossa greve. Certamente não encontramos com ela a solução definitiva, de longo prazo, para a grave crise da universidade pública. Mas demos passos importantes para defender a instituição a que resolvemos ligar nossas vidas. E toda vitória tem de ser devidamente comemorada. Nesse sentido, é importante lembrar, an-

tes de mais nada, que nossos ganhos salariais e políticos nesta greve vêm em um momento em que poucas categorias têm conquistado qualquer ganho substantivo. Além disso, depois de anos de incessantes e ferozes ataques à universidade pública e ao serviço público em geral, a imprensa se abriu para mostrar não apenas a crise, mas também a importância e o valor da universidade pública em um país periférico. Com isso, deixamos

os muros da universidade e fomos buscar aliados na sociedade civil e no movimento sindical. Aprofundamos o nosso próprio conhecimento e nosso grau de consciência sobre a situação da universidade. Tudo isso foi conquistado por meio de um processo de fortalecimento crescente das nossas entidades representativas. Num primeiro momento, os reitores calaram-se ante a prisão de uma diretora do Sintusp e da repressão que se abateu sobre um movimento pacífico de reivindicação. Num segundo momento, os reitores tomaram medidas judiciais contra o Sintusp e o STU. Num terceiro momento ainda, puniram docentes, funcionários e alunos com medidas duras, tais como cortes de salários e de bolsas. E a esse endurecimento a comunidade respondeu com um apoio expressivo à condução do movimento pelas entidades. A opinião pública não tardou também a sensibilizar-se. Paralelamente, a contra-informação veiculada nos jornais e nos campi das três universidades acusava as entidades de faltarem com a verdade. As respostas serenas das lideranças,

EXPEDIENTE

Diretoria:

Francisco de A. M. Reis, presidente; Itamar Ferreira, 1º vice-presidente; Marcos Nobre, 2º vice-presidente; Tânia Maria Alkmin, 1º secretário; José Vítório Zago, 2º secretário; Adolpho Hengeltraub, 1º tesoureiro; Maria Aparecida Affonso Moysés, 2º tesoureiro; Nelson Rodrigues dos Santos, Diretor Administrativo; Eleonora Cavalcante Albano; Diretora de Imprensa; Valério José Arantes, Diretor Cultural.

Adunicamp — Associação de Docentes da Unicamp

Rua Érico Veríssimo, 1.479 — Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Campinas/SP — CEP 13091-970
Tel./fax (19) 289-1148 / 289-5229 / 788-7752 / 788-7173
<http://www.adunicamp.org.br>

Jornal Adunicamp — Outubro

Editor: Marcos Luiz Cripa vd; Editor de Arte: Roseli Coutinho dos Santos; Ilustrações: Klebson Urtado; Distribuição: Roberto Munhoz e Oséias Ribeiro Queiróz. Tiragem: 4.000 exemplares. Distribuição Gratuita.

O **Jornal Adunicamp** é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Essa edição foi fechada na redação dia 27 de outubro de 2000.

A greve foi marcada pela firmeza de docentes, funcionários e alunos

sustentadas pela confiança e pela participação dos docentes, funcionários e estudantes, mostraram os artifícios do discurso oficial.

A lisura do Fórum das Seis na condução da greve ficou estampada mais uma vez na atuação da comissão de intermediação (composta pelos professores Antonio Candido de Mello e Souza, Dalmo Dallari, Aziz Ab'Saber, Milton Santos, Alfredo Bosi e Gerhard Malnic) que veio a dar contribuição decisiva para nosso movimento. E não podemos nos esquecer de que, pela primeira vez, a Assembleia Legislativa de São Paulo instituiu uma Comissão Especial para acompanhar as negociações, mostrando que a força do movimento havia definitivamente transposto os muros das universidades. Essa aproximação com a Assembleia Legislativa propiciou também que fosse aprovada, posteriormente, emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado que permite suplementação de recursos para as universidades paulistas em quesitos como precatórios, hospitais e aposentadorias. Nossa vitória é significativa porque o fortalecimento das entidades sindicais veio de par com a conquista não só de uma negociação de fato, arrancada com a força do movimento, mas também de uma política salarial que vai além de um reajuste na data-base. Além disso, barramos, com a greve, a tentativa do Cruesp de quebrar tanto a isonomia salarial entre as universidades públicas paulistas como a paridade entre ativos e aposentados. A importância dessa vitória não pode ser subestimada. Só conseguimos construir um sistema universitário público estadual de alta qualidade com base na isonomia salarial. E a paridade entre salários de ativos e aposentados representa igualmente um instituto sólido, capaz de garantir, no longo

prazo a qualidade do serviço público que prestamos.

Mais do que mostrar que os reitores estavam sendo intransigentes e autoritários por ocasião do início do debate em torno do reajuste na data-base e que a reivindicação do Fórum das Seis (25%) era absolutamente pertinente, a greve amplificou o debate político sobre a universidade pública brasileira e possibilitou o reflorescimento do movimento estudantil nas universidades públicas paulistas. Esperamos que a campanha salarial de 2000 sirva de lição aos atuais e aos futuros reitores: as comunidades universitárias não aceitam ser alijadas da decisão das prioridades orçamentárias. E o recado foi dado em alto e bom som: o comprometimento dos recursos orçamentários com folha de pagamento deve ter prioridade máxima, de modo a recompor e até aumentar os salários. Esperamos também que a intransigência das reitorias em negociar não se repita e que possamos estabelecer, a cada ano, uma fórmula de política salarial como a conquistada este ano, garantindo o repasse automático de recursos para salários.

Entretanto, a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade não pode ser tarefa apenas de diretorias de entidades de classe. Ela exige a dedicação e a mobilização de todos. Na Unicamp, a greve resultou no surgimento do Fórum em Defesa da Universidade Pública, que pretende manter docentes, funcionários e estudantes mobilizados em torno de questões vitais para a sobrevivência da universidade, como é o caso, por exemplo, do regime de trabalho. São iniciativas como essa que nos fazem acreditar que é possível defender a universidade e o serviço público como instrumentos para a construção da verdadeira democracia em nosso País.

João Prudente



Gilson Rei



Gilson Rei



BALANÇO DA GREVE

Cronologia da greve

23 de fevereiro

Reitoria da Unicamp distribui no Campus um comunicado sob o título "Boas Vindas", no qual reconhece que o aumento da arrecadação de ICMS e os repasses de recursos previstos pela Lei Kandir estavam gerando uma folga orçamentária nas universidades estaduais paulistas. No mesmo comunicado, anunciava a criação de uma "Reserva de Contingência" de R\$ 23,7 destinada a financiar um possível reajuste salarial e outros itens de despesa como implantação da nova carreira de funcionários e a fusão dos níveis MS-4 e MS-5 da carreira docente.

28 de fevereiro

Cruesp realiza reunião com o Fórum das Seis, na Secretaria da Ciência e Tecnologia, cumprindo tardiamente o que havia sido acordado com as entidades no ano anterior. O Presidente do Cruesp anuncia aos representantes do Fórum das Seis que as universidades iniciavam o ano com um comprometimento orçamentário médio com folha de pagamento da ordem de 68,35% em janeiro e 73,8% no acumulado até fevereiro, o que evidenciava uma situação orçamentária favorável à concessão de reajuste salarial. Ao mesmo tempo,

afirma que as reitorias não tinham proposta de reajuste ou plano de política salarial para docentes e funcionários das universidades.

03 de Abril

O Fórum das Seis reúne-se com o Cruesp na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Na reunião discute-se o cronograma para as negociações de data-base. Os itens fundamentais do debate são: 1) a antecipação do pagamento do reajuste, a ser negociado durante o mês de abril, para o início de maio (ao invés de no início de junho), o que é aceito pelo Fórum; 2) as datas iniciais de negociação: o Cruesp aceita a proposta do Fórum de 13/4 e 19/4. O Fórum registra a reivindicação de reajuste imediato de 25%, 7% no segundo semestre, e gatilho salarial toda vez que a inflação ultrapassar 5%.

05 de Abril

Lançamento da Campanha Salarial/2000, no auditório da História, na USP. Em seguida, docentes e servidores, com apoio do DCE, realizam passeata até a Reitoria da USP, para entrega da pauta de reivindicações. Mais de mil pessoas participam da manifestação.

13 de Abril

Manifestação pacífica de docentes, funcionários e estudantes na Secretaria da Ciência e Tecnologia, durante negociação com o Cruesp, é reprimida pela Polícia Militar. Policiais atiram bombas de gás e fazem disparos para o ar. Mais tarde, no interior do prédio, dois sindicalistas são algemados. A negociação com o Cruesp foi interrompida.

19 de Abril

Em reunião com o Fórum das Seis, o Secretário do Cruesp, professor Hélio Nogueira, verbalizou uma proposta que incluía 7% de reajuste a partir de abril e um abono correspondente a 3% por mês sobre a massa salarial de abril a dezembro de 2000. O Reitor da Unicamp, Professor Hermano Tavares solicitou um prazo de 120 minutos para que os reitores redigissem a proposta a ser entregue às entidades. No final do dia, por não terem recebido nenhuma proposta oficial dos reitores, as entidades decidiram encaminhar ao Cruesp ofício solicitando nova reunião técnica, seguida de negociação, para o dia 24 de abril.

24 de Abril

158 docentes, reunidos em Assembléia na Adunicamp, deliberam pela greve a partir do dia 25 de abril e se declaram em Assembléia Geral Permanente. No primeiro dia da greve, 70% dos docentes aderem ao movimento.

28 de Abril

Reitor da Unicamp, professor Hermano Tavares, não confirma presença em debate no canal 25 da NET (TV a cabo) com o presidente da Adunicamp, professor Francisco de A. M. Reis. O debate é cancelado. No mesmo dia, na



USP, o movimento realiza ato diante da reitoria, reparte um grande bolo que representa o orçamento e solta centenas de balões com a inscrição 25% já.

04 de Maio

Plenária da Assembléia Geral Permanente da Adunicamp contou com 161 docentes e aprovou a continuidade da greve. Nesta mesma data, docentes da FCM discutiram, em reunião setorial, o andamento da greve. Os 62 docentes presentes decidiram paralisar as atividades assistenciais da área hospitalar, mantendo o atendimento a todas as urgências; Os docentes decidem desenvolver um trabalho conjunto com funcionários e alunos, propondo um Comando Unificado dos três segmentos para coordenar o movimento na área da saúde. Esta postura possibilitou um novo patamar de discussões, em busca de consensos éticos sobre paralisações em hospitais. O Conselho Regional de Medicina e as Comissões de Ética do HC e do Caism são devidamente notificados.

09 de Maio

A vigília, transformada em ato público, realizada em frente à reitoria da Unicamp durante reunião do Fórum com Cruesp ocorrida em São Paulo, a partir da 9h, reúne 1200 pessoas entre estudantes, funcionários e docentes. A reunião terminou sem negociação o que levou a uma situação de impasse entre as reitorias e as categorias em greve. A Plenária da Assembléia Geral da Adunicamp, realizada na tarde do mesmo dia, registra a presença de 246 docentes, e decide pela manutenção da greve.

11 de Maio

No pátio do Ciclo Básico da Unicamp, cerca de 800 pessoas, entre funcionários, estudantes e docentes, reúnem-se em Assembléia Universitária.

12 de Maio

O canal 25 da NET (TV a cabo) realiza debate com o presidente da Adunicamp, professor Francisco Reis, e o reitor da Unicamp, professor Hermano Tavares. Enquanto o professor Reis reafirmava, com base nas projeções feitas pelo Fórum, que as universidades tinham condições de atender às reivindicações das entidades, o Reitor da Unicamp argumentava negativamente respaldando-se no orçamento da universidade elaborado a partir de previsões pessimistas.

14 de Maio

O jornal Folha de S.Paulo dedica três páginas à cobertura do movimento e à situação das universidades estaduais paulistas.

16 de Maio

Reitor Hermano Tavares comparece à Assembléia Geral Permanente da Unicamp e afirma: "Temos de procurar saídas e saídas têm de ser obtidas na mesa de negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis...eu trabalharei nesta direção". Na área hospitalar, o movimento continua buscando a maior visibilidade política junto à po-



pulação. Decide-se ampliar as atividades de coleta de sangue realizada pelo Hemocentro, com faixas no ônibus e em todos os pontos de coleta: "Unicamp em greve. Mantemos a coleta de sangue em respeito à população".

17 de Maio

O Fórum das Seis analisa os indicativos de critérios para a elaboração de uma nova proposta salarial para forçar o Cruesp a negociar: reduz o índice inicial de 25 para 20% na data-base e propõe uma fórmula de política salarial para o período de maio/2000 a abril de 2001 que inclui reajustes periódicos e isonômicos.

18 de Maio

Funcionários públicos estaduais, inclusive docentes e funcionários das universidades públicas paulistas, são violentamente agredidos por policiais militares durante manifestação na avenida Paulista, em São Paulo.

19 de Maio

Reunião Plenária da Assembléia Geral Permanente da Adunicamp reúne 191 docentes e aprova o indicativo de contraproposta do Fórum das Seis como um gesto tático para romper o impasse criado pelos reitores e apontou a necessidade de se chegar a uma fórmula automática de repasse dos superávits orçamentários para os salários.

23 de Maio

Reunião técnica na Unicamp. Cruesp tenta condicionar unilateralmente o número de negociadores das entidades integrantes do Fórum. O Fórum recusa, o Cruesp recua, reúne-se com as entidades e apresenta uma lista de princípios para as negociações, reafirmando, dentre outras coisas, a "obediência às diretrizes orçamentárias aprovadas pelos Conselhos Universitários".

23 de Maio

Reitoria da Unicamp entra com "Ação Ordinária de Obrigação de



Helton Sinei

não fazer com imposição de multa diária” contra o STU. Os funcionários da área hospitalar organizou as filas de pacientes, informando sobre a paralisação e distribuindo folhetos explicativos do Comando Unificado. Isto constituirá o alvo privilégio da ação da Reitoria, para justificar as multas impostas ao STU. A comissão conjunta da área da saúde decide manter a triagem, realizada por docentes e médicos assistentes no interior do hospital, porém as atividades de divulgação dos funcionários são transferidas para dentro do hospital, para protegê-los de punições por parte da Reitoria.

27 de Maio

Em reunião com o Fórum das Seis, os membros do Cruesp afirmam não terem tido tempo para estudar a contraproposta das entidades e apresentam nova proposta que incluía 3,97% sobre o salário de maio/2000, o que totalizava 11,25% sobre o salário de março/2000, e incorporava aos seus discursos a idéia de uma política salarial vinculada a “diferenças de arrecadação”.

29 de Maio

Cruesp encaminha às entidades um novo comunicado respondendo a contraproposta do Fórum das Seis. No referido comunicado, os reitores afirmam que o reajuste proposto pelas entidades não “encontra respaldo nas disponibilidades orçamentárias” das universidades e que o limite possível de reajuste era o que constava do comunicado Cruesp de 27 de maio.

30 de Maio

Plenária da Assembléia da Adunicamp, que contou com a pre-

sença de 267 docentes, rejeita a proposta do Cruesp e exige a realização de rodada de negociação efetiva.

31 de Maio

Cruesp responde ao ofício do Fórum, que solicitava nova reunião de negociação para o dia 1 de junho, condicionando a realização da reunião à desativação de piquetes nos campi das universidades.

01 de junho

Fórum confirma sua disposição de realizar a reunião e destaca que as decisões tomadas nas assembléias das categorias, nas três universidades, garantiam as condições para a reunião de negociação. O Comando Unificado da área da saúde encaminha à Assembléia Geral Permanente da Adunicamp moção de repúdio às atitudes do Pró-Reitor de Extensão, docente da FCM, que votou favoravelmente à decretação do Prefeito de Campinas do estado de calamidade pública na saúde, devido à greve dos funcionários da saúde da Unicamp e da Prefeitura. A Assembléia aprova a moção por unanimidade.

06 de Junho

Reitoria da USP corta do salário de professores e funcionários em greve e retém receitas da Adusp e do Sintusp. Essa medida fortalece ainda mais o movimento nas três universidades.

08 de Junho

Integrantes da Comissão de Intermediação junto à reitoria da USP, composta pelos professores Antonio Candido de Mello e Souza, Dalmo Dallari, Aziz Ab'Saber, Milton Santos, Alfredo Bosi e



Gilson Rei



Gilson Rei

Gehard Malnic, visita a reitoria da USP para negociar o pagamento dos dias parados, a flexibilização dos piquetes por parte do Sintusp e a realização de rodada de negociações.

09 de Junho

Plenária da Assembléia Geral da Adunicamp mantém a greve e exige a realização de rodada de negociações.

13 de Junho

Assembléia Legislativa aprova a criação de uma Comissão de Representação para acompanhar as negociações entre os Cruesp e o Fórum das Seis de 13 de junho. Marcada para 14 de junho a rodada de negociação entre o Cruesp e o Fórum das Seis. A Plenária da Assembléia Geral Permanente da Adunicamp decide manter a greve até o encerramento das negociações.

14 de Junho

Realizada reunião de negociação, no campus da Unesp de São José dos Campos, entre o Cruesp e o Fórum. Esta foi, efetivamente, a única reunião de negociação ocor-

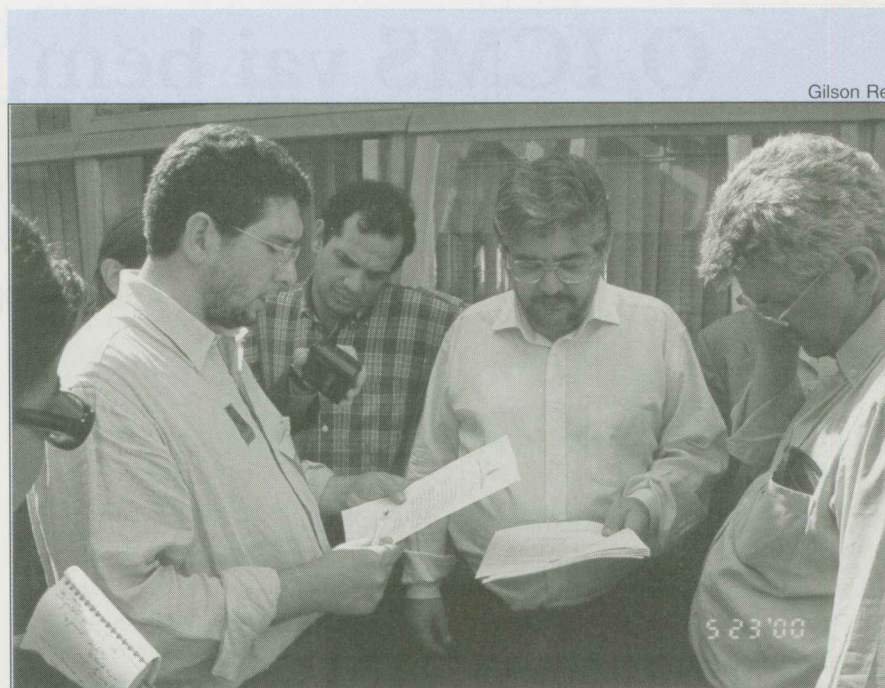
rida ao longo da greve. Nas demais, o Cruesp apenas comunicava que não negociava. Ficou definido o índice de 11,25% sobre o salário de março e a incorporação de 3,75% em janeiro de 2001, o que significa um reajuste, de fato, de 15%. Foram acertados os termos de uma política salarial com os seguintes pontos: uma fórmula para o cálculo do reajuste de outubro a partir da evolução da arrecadação do ICMS; e uma Comissão de Acompanhamento da arrecadação para a definição dos futuros reajustes. O professor Octávio Ianni dá uma aula pública na Praça da Paz.

15 de Junho

Assembléia Geral delibera a suspensão da greve a partir do dia 19 de junho. Vale registrar que durante toda a paralisação na área hospitalar, não ocorreu qualquer situação que colocasse em risco a vida de pacientes ou pudesse ser caracterizada como omissão de socorro.

16 de Junho

Festa da vitória na cantina da Adunicamp.



▲ O coordenador do Fórum das Seis, professor Antônio Luís de Andrade (Tato), insiste sobre a urgência da realização da reunião técnica com membros da Administração Central da Unicamp e do Cruesp.



▲ A plenária da Assembléia Geral Permanente de 16/05, o professor Hermano Tavares afirmou textualmente: “Temos de procurar saídas e as saídas têm de ser obtidas na mesa de negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis. Acho que há disposição dos reitores para isso. Estou, publicamente, nessa assembléia, como já fiz em outros lugares, assumindo o compromisso de que eu trabalharei nesta direção.”

Arquivo STU



O ICMS vai bem, os nossos salários nem tanto, porém melhorando

ADOLPHO HENGELTRAUB*

A tabela abaixo mostra a enorme diferença entre as situações de 1999 e 2000, tanto da arrecadação de ICMS quanto do comprometimento com salários do repasse de ICMS para a Unicamp.

Os valores de ICMS são os publicados no Diário Oficial do Estado de SP, excetuando aqueles com asterisco que são ainda provisórios, mas confiáveis. Todos os dados foram obtidos de planilhas do Criesp.

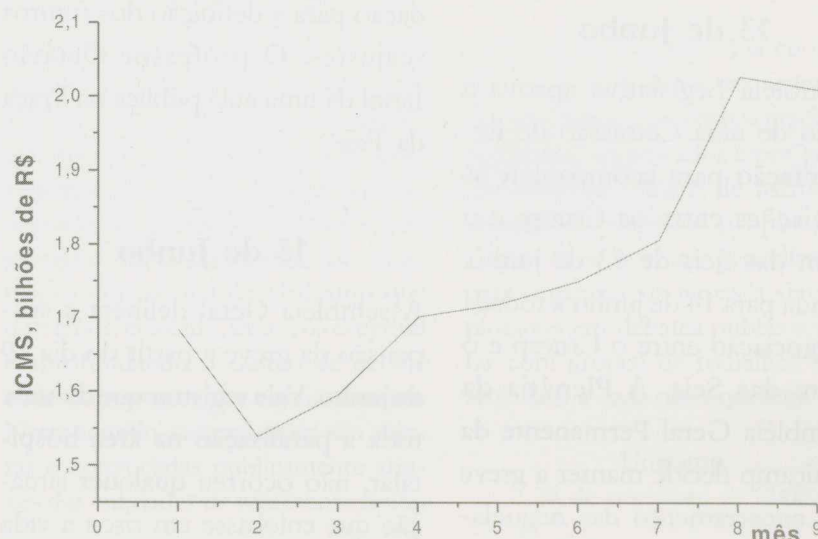
Vê-se que, neste ano, o maior comprometimento do repasse de ICMS com salários, para a Unicamp, foi de 95,1% em abril, único mês de 2000 em que o comprometimento superou o do mesmo mês de 1999. Isto ocorreu porque em abril foi pago o abono de 28%. Mesmo com os salários aumentados, desde maio, de 11,25% em relação aos valores do ano passado, o comprometimento nos últimos seis meses é substancialmente menor do que no mesmo período do ano passado. A razão disto é o cresci-

mento da arrecadação de ICMS que tem sido muito expressivo.

A sustentar este patamar está também o crescimento do PIB, de pelo menos 4,5% para este ano. Ajuda ainda o surto inflacionário, já que a arrecadação de ICMS cresce com os preços.

Como é amplamente conhecido, o reajuste adicional previsto para outubro somente aconteceria se a *simulação* de arrecadação de ICMS do ano 2000 superasse o valor, acordado entre o Criesp e o Fórum das Seis, de 20,4 bilhões. Esta simulação, também fruto de acordo, leva em conta a arrecadação de ICMS de janeiro a junho somada ao dobro da arrecadação de julho a setembro, e atingiu o valor de 21,66 bilhões. Considerando-se o valor provisório da arrecadação do ICMS e a soma das folhas de pagamento das três universidades, ambos referentes ao mês de setembro, foi calculado o reajuste

O ICMS vem crescendo fortemente, como mostra o gráfico. O recente aumento das assim chamadas tarifas públicas e o grande aumento nos preços dos combustíveis, por si só, já bastariam para manter a arrecadação de ICMS num patamar bastante mais elevado do que o de 1999, mas não é só isso.



de outubro: 6,7%.

Estes 6,7% são aplicados aos salários de setembro que são 11,25%

superiores aos de março. Isto corresponde a um reajuste de 7,45% sobre a base de março. Este número supera os 7% de reajuste que o Criesp nos ofereceu em março, em outras palavras, agora em outubro obtivemos um ganho superior ao que nos era oferecido para a data base de 2000! Esta conquista nos custou mais de 50 dias de greve, tempo que o Criesp levou para reconhecer que a nossa convicção da possibilidade de recuperação de parte das nossas perdas salariais tinha sólidos fundamentos. Em janeiro de 2001, com a incorporação de mais 3,75% (sobre a base de março de 2000), o reajuste total da data base de 2000 superará os 22%, ficando muito mais próximo dos 25% que reivindicávamos do que dos 7% que nos ofereceram.

* Coordenador do Fórum das Seis Entidades e diretor da Adunicamp.

MÊS	ICMS, QUOTA PARTE DO ESTADO			COMPROMETIMENTO	
	1999 R\$	2000 R\$	2000/1999 (%)	1999 (%)	2000 (%)
JANEIRO	1.433.121.131	1.674.122.484	116,8	112,0	70,6
FEVEREIRO	1.341.351.770	1.540.247.243	114,8	104,9	77,6
MARÇO	1.363.219.428	1.585.503.349	116,3	95,0	84,3
ABRIL	1.458.416.575	1.707.887.925	117,1	93,0	95,1
MAIO	1.442.354.295	1.711.533.332	118,7	91,0	85,3
JUNHO	1.492.416.108	1.750.524.756*	117,3	99,7	89,5
JULHO	1.516.290.472	1.806.961.621*	119,2	91,8	81,8
AGOSTO	1.590.659.068	2.027.000.000*	127,4	92,5	75,7
SETEMBRO	1.624.997.920	2.009.011.022*	123,6	81,8	72,2
OUTUBRO	1.628.659.092	Não disponível	—	83,5	74,6*

*Valor provisório, elevado, calculado a partir do ICMS previsto para outubro

ESPAÇO STU

Greve/2000 entra para a história das universidades estaduais paulistas

A greve de 52 dias nas três universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, com certeza, entra para a história como um belo instrumento de vitória dos trabalhadores! E as vitórias foram muitas! Daquelas de encher qualquer grevista de orgulho e qualquer não-grevista de inveja.

Salário

Antes da Greve: mas já com a disseminação do descontentamento geral - o Cruesp anunciou um reajuste de 7% e disse que só voltaria a tratar de salário em novembro. Com a força da greve: arrancamos mais: além dos 7% sobre o salário de março, conquistamos abono de 28% pago em abril + 4,25% de reajuste + 3,75% de reajuste a partir de janeiro/2001 + reajuste em outubro com base na arrecadação do ICMS. Somando tudo, devemos contabilizar um reajuste em torno de 21%. De fato, isso representa bem mais do que os 7% que os reitores tentaram nos enfiar garganta abaixo em abril!

União

Dessa vez, as estratégias do Cruesp não foram capazes de dividir o movimento. Ele começou e terminou com a unidade entre estudante, funcionário e professor. O Fórum das Seis não cedeu às tentativas de divisão impostas pelo Cruesp. O movimento seguiu firme nas três universidades.

A greve cumpriu, ainda, o papel da confraternização entre os trabalhadores dos diversos setores e segmentos das três universidades. Atos conjuntos — gigantescos — nos campi da Unicamp, USP e Unesp são prova disso. Não é possível, também, deixar de mencionar a greve em unidades que há tempos não se mobilizavam. Especialmente, na Unicamp, também vale destacar a firmeza dos companheiros da área de saúde e a descontração do sistema educativo.

Visibilidade

Não só os reitores não puderam fechar os olhos para a greve. A imprensa também teve que dedicar mui-

tas páginas e horários na televisão para falar do nosso movimento. Só na televisão foram mais de 5 horas de entrevistas e reportagens sobre a greve. Sabe quanto custa um minuto em televisão? Custa R\$ 60 mil. Conseguimos todos esses minutos com a força do movimento.

Defesa da universidade pública

Quando os reitores confirmaram sua dureza em não negociar, a força da greve levou à formação de uma comissão de professores notáveis da USP para intermediar a negociação. Celebidades do meio acadêmico, como o professor Antônio Cândido, posicionaram-se em favor do movimento. E não parou por aí. A Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa foi chamada em defesa da universidade pública.

Política neoliberal

Covas e FHC tiveram que recuar nos ataques à universidade pública e ao trabalhador público. O reajuste não saía por orientação da política de Covas, que segue ordens de FHC que, por sua vez, segue a cartilha do FMI. O problema não era falta de dinheiro e isso ficou provado. Mas nós fomos mais fortes e impusemos uma derrota, ainda que parcial, à política neoliberal (nefasta e destrutiva) de Covas e FHC, avalizada pelo FMI. Eles saíram desmoralizados do cenário, principalmente porque colocaram a Polícia Militar para reprimir os atos na Secretaria de Ciência e Tecnologia e na Paulista. A sociedade reprovou a atitude. Eles tiveram que baixar a bola.

Credibilidade

O movimento foi capaz, também, de resgatar a dignidade dos trabalhadores públicos, de levantar o moral dos sindicatos e associações, de trazer de volta para as lideranças muita gente que estava afastada, de formar novos militantes.

Por tudo isso, é que essa greve entra para a história. A história de luta do trabalhador em defesa de seus direitos e contra aqueles que querem destruí-los.

7º Concut

Fora FHC e o FMI é aprovado

José Vitório Zago*

Com cerca de 2.300 delegados, realizou-se em Serra Negra, SP, entre os dias 15 e 19 de agosto, o 7º Congresso Nacional da CUT. Por pressão da base, a maioria dos delegados aprovou a bandeira do Fora FHC e o FMI já aprovada na plenária anterior da CUT, mas transformada em letra morta pela direção majoritária (Articulação Sindical) da Central.

Outra campanha importante que foi aprovada e que representa uma nova derrota política do grupo majoritário, é a que recusa o banco de horas, carro-chefe do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nos últimos anos. Foram aprovadas também uma campanha contra as horas extras e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e a participação da CUT no plebiscito da dívida externa que se realizou com muito sucesso entre os dias 2 e 7 de setembro passados.

Em relação à estrutura sindical as propostas aprovadas representam também um recuo da Articulação Sindical Metalúrgica. O Sindicato Nacional Orgânico não foi aprovado como a nova estrutura da CUT. O recém fundado Sindicato Nacional dos Metalúrgicos é considerado filiado à Confederação Nacional dos Metalúrgicos em pé de igualdade aos demais sindicatos filiados. Essas derrotas políticas do grupo majoritário são explicadas pela crise pela qual a Articulação Sindical vem passando nos últimos anos e que teve sua expressão maior na existência de suas três candidaturas para presidente da CUT. Esse problema permeou o Congresso, impedindo que temas importantes fossem discutidos como

a situação da mulher trabalhadora, o sindicato dos aposentados, e as políticas da saúde e educação públicas.

Fechadas as disputas dentro da articulação em torno de João Felício; com a retirada dos nomes de João Vacari e Mônica Valente, procede-se a eleição da nova direção. Com os seguintes resultados:

Chapa 1 – Corrente Sindical Classista: 14,8% – cinco posições na executiva.

Chapa 2 – O Trabalho – 4% – um na executiva

Chapa 3 – Articulação Sindical – 56,8% – dezoito na executiva.

Chapa 4 – Movimento por uma Tendência Socialista, Articulação de Esquerda, Corrente Socialista dos Trabalhadores e Grupos Menores – 24% – oito na executiva.

Contraditoriamente às suas derrotas políticas; a Articulação Sindical conseguiu aumentar ainda mais a sua participação na executiva da CUT. Repetindo práticas passadas a Articulação Sindical ocupou todos os cargos importantes; premiando a Corrente Sindical Classista com dois cargos. A Chapa 4, segunda colocada, tem apenas um representante com cargo. Os outros sete são apenas membros da executiva.

É bom lembrar que a proposta de proporcionalidade qualificada; mais democrática e que distribui os cargos proporcionalmente a votação obtida; foi derrotada por pequena margem e após a impugnação de muitos votos no Congresso da CUT realizado em 1991.

*Delegado da Adunicamp ao 7º Concut.

Fórum em defesa da universidade Pública

O texto que apresentamos foi elaborado pelas pessoas e representantes das entidades que estão envolvidas com a construção do Fórum. Como o texto afirma, é princípio do Fórum ser um espaço democrático de discussão sobre a defesa da universidade pública e a construção da sua democracia. Neste sentido estamos colocando esta proposta de carta de

princípio para que todos os interessados possam tomar conhecimento, discutir e propor alterações — desde que estas não firam seus princípios.

É importante ressaltar que em seu período de gestação, o Fórum já contribuiu com o movimento em defesa da universidade pública realizando dois debates: “A universidade além da greve” e outro sobre a proposta

de “Flexibilização do RDIDP”, além de ter participado do debate realizado pelo comando de greve dos estudantes sobre a LDO.

A idéia dos envolvidos foi a de fazer a apresentação e a discussão pública da proposta de uma Carta, realizando um debate de lançamento do Fórum, com o tema “A Universidade Pública Hoje”, no dia 28 de se-

tembro, e ao final deste evento, aprovar a Carta.

O Fórum também criou uma *egroups* para manter informados os interessados sobre o que rola no Fórum e na universidade, se você ainda não está recebendo os e-mails e só entrar em contato no endereço eletrônico:

forum_unipublica@egroups.com

Proposta de Carta de Princípios

As Universidades Públicas do Brasil, inclusive a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), vêm sofrendo um forte ataque por parte dos Governos Federal e Estaduais no que diz respeito à sobrevivência destas enquanto instrumento fomentador de debate e de propostas para o nosso país, nas diferentes áreas de conhecimento.

A defesa das Universidades Públicas tem ficado por conta das entidades representativas de seus segmentos (estudantes, funcionários e professores). A estratégia governamental de estrangular financeiramente as universidades e a falta de consistência ideológica por partes dos administradores para se contrapor ao atual modelo, empurram a instituição e sua comunidade ao pragmatismo e à particularização da busca de respostas.

A última campanha salarial dos docentes e funcionários da Unicamp teve uma característica particular. Pela primeira vez, com pauta própria, os estudantes também fizeram greve. Contudo as reivindicações próprias dos segmentos universitários tinham um caráter comum: todos lutavam contra o sucateamento da universidade. Da reabertura do bandeirão ou da construção do teatro à remuneração adequada dos seus recursos humanos, o objetivo comum permitiu a articulação entre os segmentos e explicitou a necessidade de juntar forças para enfrentar o esfacelamento da nossa universidade.

Conversas com trocas de informações e sentimentos sobre a universidade permitiram que até mesmo atores que não atuam junto às suas entidades, representassem papéis de des-

taque na propagação da necessidade de juntar forças para buscar salvar a Unicamp e construir a igualdade e a democracia.

Com este espírito nasce o Fórum em Defesa da Universidade Pública. O Fórum se propõe a ser um espaço democrático de discussão dos temas relacionados à construção da universidade que queremos — pública, gratuita, de qualidade, laica, democrática e comprometida com a construção de um projeto socialmente justo. Para isso, busca-se a articulação com todos

os setores organizados da comunidade universitária e cidadãos em geral, através das suas entidades de representação ou não. O fórum tem na democracia e no trato respeitoso das diferenças de opinião seu elemento sintetizador das possibilidades de construção consensual da Unicamp que queremos, evitando, assim, os estigmas e aprofundando o campo de debate e de construção do conhecimento. Neste sentido, suas reuniões são abertas e convocadas publicamente através das entidades de representação ou

de materiais próprios. Sua coordenação é constituída por representantes das entidades, por representação dos segmentos organizados e por pessoas que almejam atingir, de forma consensual, os mesmos propósitos. O Fórum deve se reunir periodicamente para organizar os temas a serem explorados em debates públicos e contar com grupos de trabalhos que se articulam a cada nova questão.

Unicamp,
28 de setembro de 2000.



PARTE ESPECIAL

Docentes da Parte Especial: quem são? Para onde vão?

Nem estatutários, nem celetistas: esta é a situação historicamente vivenciada por um conjunto de docentes da Unicamp. Falamos aqui dos Docentes da Parte Especial do Quadro, que encontram-se em uma situação anômala, dado que não se enquadram em nenhum daqueles dois regimes de trabalho, previstos pela Constituição Federal. E essa situação anômala — indesejável do ponto de vista de uma instituição universitária que se pretende digna e democrática no trato com seus docentes — começa a assumir um estatuto de perenidade que inquieta a comunidade da Unicamp.

Submetidos às mesmas condições de trabalho, às mesmas obrigações acadêmicas e aos mesmos procedimentos avaliativos, os docentes da Parte Especial são, na verdade, “docentes de segunda classe”. Não é esta a Universidade que queremos.

Durante a gestão do reitor Carlos Vogt, o Consu aprovou a deliberação A-29/90, que regulamentava a parte especial do quadro docente da Unicamp, tendo, assim, fixado prazos e regras do processo seletivo, bem como o regime das categorias PE I, PE II e PE III. Vale lembrar que essa decisão do Consu se concretizou no bojo do “Projeto Qualidade”, que se ancorava na definição de uma política de qualificação dos docentes da Unicamp.

No final de julho de 1999, o governador Mário Covas encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado Anteprojeto de Lei destinado a criar um novo sistema previdenciário para o funcionalismo do Estado. A mobilização dos servidores públicos contra o Anteprojeto é expressiva e resulta, por fim, na suspensão da sua tramitação. Nesse intervalo de tempo, a administração central da Unicamp estimula a realização de concursos públicos em ritmo frenético, provocando inclusive pânico entre os cerca de 400 docentes que se encontravam na Parte Especial, pois muitos deles

faziam estágios no exterior ou não se encontravam em condições para prestar os concursos. A administração central da Unicamp “esqueceu-se” apenas de informar que não haveria cargos disponíveis para todos. Aqueles que não prestaram concurso no segundo semestre de 1999, não podem fazê-lo, pois não podem tomar posse em um cargo. Até hoje, aguardamos informações públicas de reitores da Unicamp quanto às medidas necessárias para que o Governador do Estado encaminhe à Assembléia Legislativa pedido para a criação de tais cargos. Note-se que tal medida não implica

qualquer relação com verbas suplementares e adicionais, já que os docentes da Parte Especial recebem regularmente seus salários.

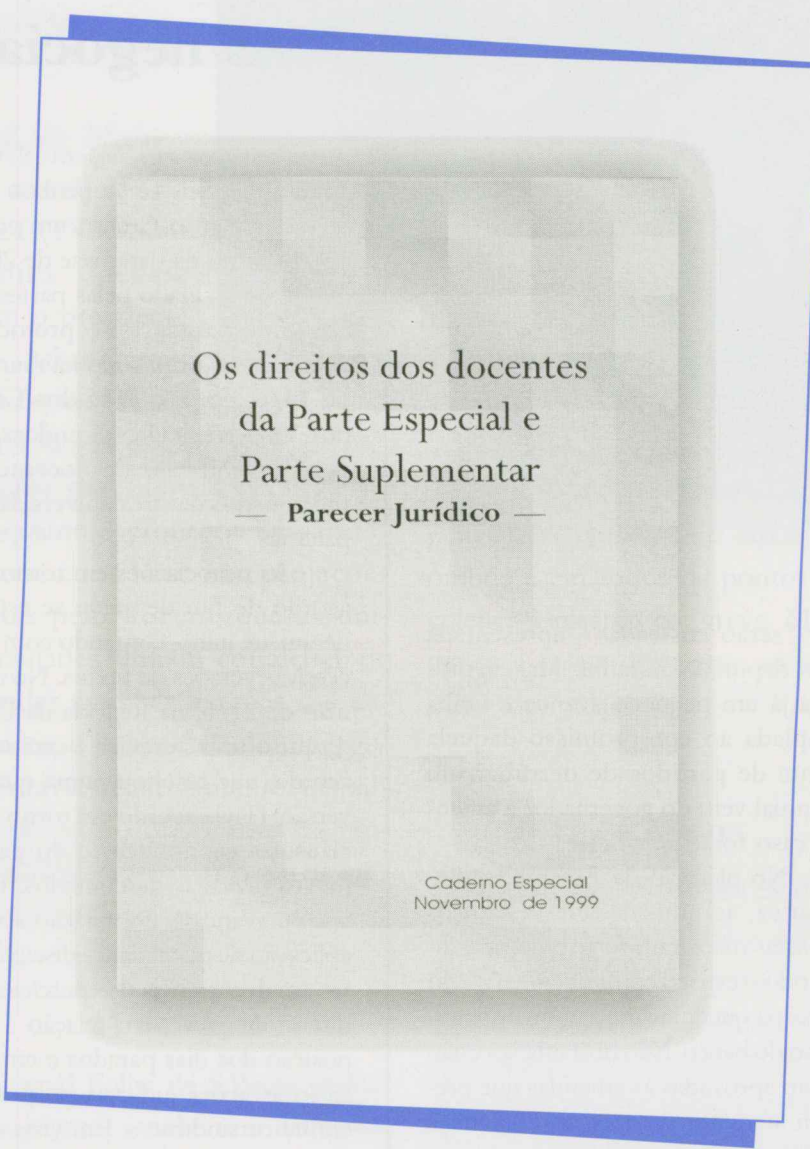
No início do corrente ano 2000, a atual administração elaborou uma minuta de deliberação (A-01/00) que revogava a deliberação A-29/90. Essa proposta estabelecia novas disposições para futuras contratações e, através de disposições transitórias, reorganizava a situação dos docentes da parte especial existentes. Submetida ao Consu em 28/03/00, a minuta é integralmente aprovada sob a forma da deliberação A-01/00.

O impacto dessa nova regulamentação foi enorme: os docentes envolvidos sentiram-se profundamente prejudicados. E de fato, muitos docentes encontraram-se em uma situação funcional mais precária ainda, sem solução possível.

A Adunicamp promoveu reuniões com os docentes interessados, buscou apoio jurídico (junto ao assessor especial Samuel Rodrigues Barbosa), tendo daí resultado um conjunto de sugestões de alterações a uma minuta de deliberação que então circulava entre alguns docentes e que seria submetida ao Consu em substituição A-01/00. Ainda durante a greve, a Plenária da Assembléia Geral Permanente aprovou uma moção dirigida ao Reitor e um pedido de audiência para discutir e encontrar uma solução para o problema. Concretamente, com vistas à reunião do Consu de 27/6, a Adunicamp encaminhou aos conselheiros um documento com as sugestões discutidas, com o objetivo de resolver as distintas situações conflitantes em que se encontravam os docentes da PE.

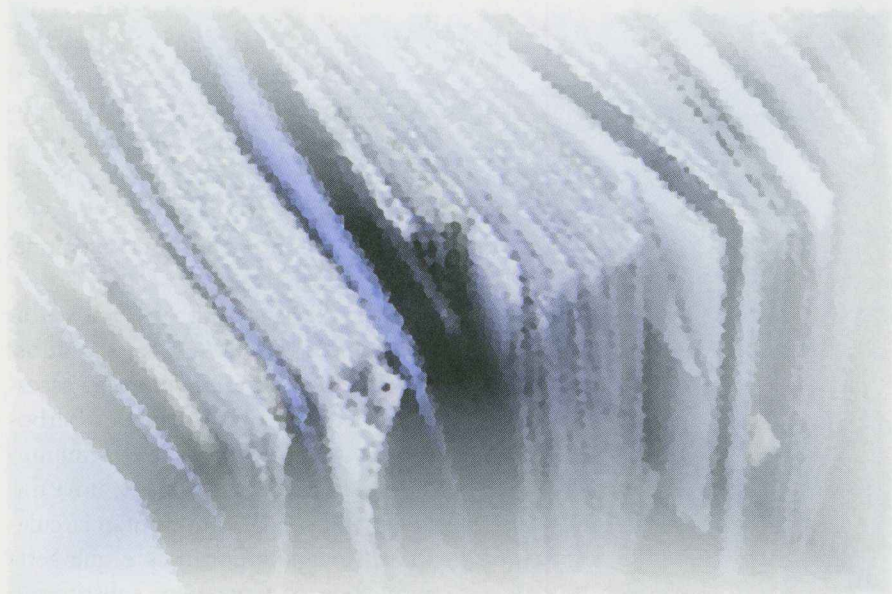
Em sua decisão final, o Consu de 27/06 aprovou algumas alterações à deliberação A-01/00 visando a atender à situação emergencial da grande maioria dos docentes da PE. Tratava-se, na verdade, de um paliativo. A anômala situação dos docentes da PE permaneceu inalterada, cristalizando-se, em uma versão atual a velha situação de precariedade histórica desses “docentes de segunda classe”.

Como já dissemos, não é esta a Universidade que queremos. Defendemos junto aos conselheiros, reunidos em 27/6, a posição de que a admissão de docentes deve ser realizada unicamente através de concurso. É preciso estabelecer uma política que trate os iguais como iguais. Por que promover a desigualdade? Por que perpetuar relações que trazem intranquilidade e insegurança a integrantes da comunidade universitária?



Votação da LDO 2001

Marcos Nobre



A greve das universidades estaduais paulistas teve efeitos diretos sobre a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001 na Assembléia Legislativa de São Paulo. Decisiva nesse sentido foi a atuação, durante a greve, de uma Comissão Especial da Assembléia Legislativa, que se propôs a intermediar as conversações com vistas à retomada das negociações, interrompidas naquele momento processo, deputados de vários partidos puderam acompanhar de perto as dificuldades por que passam as universidades públicas paulistas e colaboraram para que o Cruesp saísse de sua posição de intransigência e viesse para a mesa de negociações.

Nas negociações em torno da LDO, uma frente ampla de partidos decidiu acolher uma emenda do deputado Claury, de seguinte teor: "Os acréscimos de gastos das três universidades estaduais paulistas com seus hospitais, aposentadorias e precatórios, a partir do decreto 29.598/89, poderão ser custeadas pela destinação de recursos suplementares, observadas as conclusões dos estudos pertinentes a este fim". A emenda proposta não contemplava aumento de dotação para as três universidades, nem era tão incisiva quanto outra proposta que substituíria o "poderão ser custeadas"

por "serão custeadas", apresentada pelo deputado Zaratini. Mas significava já um pequeno avanço e vinha acoplada ao compromisso daquela frente de partidos de derrubar um eventual veto do governador à emenda, caso fosse aprovada.

No plenário da Assembléia Legislativa, as universidades estaduais paulistas marcaram forte presença, dividindo o espaço com funcionários do Banespa que lutavam contra a privatização do banco. Não obstante isso, não foram aprovadas as emendas que previam aumento da dotação dos atuais 9,57% para 10% ou 11,6%.

Já a emenda Claury foi aprovada em plenário mas recebeu o veto do governador Mário Covas, que, com isso, recusou-se até mesmo a discutir a **possibilidade** ("poderão ser custeadas") de suplementações orçamentárias para as universidades em quesitos orçamentários críticos. Cumprindo o acordo firmado em junho, a frente ampla de partidos derrubou o veto do governador à emenda no dia 17 de outubro, retormando o texto que saiu da Assembléia Legislativa.

É preciso, agora, estarmos atentos à votação da Lei Orçamentária. Podemos conseguir alguns avanços, como o demonstra nossa atuação na LDO.

As negociações pós-greva

Suspensa a greve, em 19/6, o Fórum das Seis se empenhou em negociar com o Cruesp um acordo em torno da data-base de 2000 que fosse assinado pelas partes. O ponto de partida foi o protocolo de intenções produzido na reunião de 14/6, em São José dos Campos, cujo resultado foi endossado pelas assembleias de docentes e funcionários das três universidades paulistas.

As negociações em torno do acordo de fim de greve se estenderam até julho, contando com sucessivas versões de textos. Na reunião de 21/6, na Reitoria da USP, discutiu-se a terceira versão do acordo, que resultou numa quarta versão. Havia acordo em torno das cláusulas econômicas e do pagamento dos dias descontados, mas não se avançava em relação à não aplicação de penalidades disciplinares em decorrência do exercício do direito de greve, em relação à reposição dos dias parados e em relação às ações judiciais propostas contra os sindicatos. Em vista disso, o Fórum propôs uma "Declaração conjunta do Cruesp e do Fórum das Seis", a ser assinado pelas partes, de que constassem os pontos de acordo e a disposição de continuar negociando os demais itens. O Cruesp rejeitou a proposta e encaminhou pela suspensão da reunião.

Antes da reunião seguinte, em 6/7, o Cruesp lançou o Comunicado n° 6 (de 26/6), em que se comprometeu explicitamente com as cláusulas econômicas do acordo. Sendo assim, a reunião de negociação do início de julho concentrou-se novamente sobre os pontos polêmicos. Não sendo obtido acordo, o Cruesp propôs a elaboração de uma ata de que constassem os pontos de acordo e de desacordo e que fosse assinada pelas partes. Ao que o representantes das entidades lembraram que essa proposta nada mais era do que aquela feita quinze dias antes pelo próprio Fórum na reunião na USP. A Reitoria da Unicamp se comprometeu a elaborar o mais rápido possível tal documento. Até o momento não foi apresentada tal ata.

É importante ressaltar que, apesar de não termos um acordo formal assinado, temos o compromisso público do Cruesp quanto às cláusulas econômicas. E isso irá se refletir em novembro próximo: teremos um reajuste de 6,7% sobre o salário de outubro, resultante de fórmula de política salarial aprovada pelas assembleias ao suspendermos a greve.



Formação dos profissionais da educação: enfrentamento constante face à mudança de paradigma

Maria da Graça Nóbrega Bollmann*

Redigir um artigo sobre formação de profissionais da educação exige que nos debruçemos sobre a mudança de paradigma que, no contexto da “inexorabilidade da globalização”, tenta influenciar as formulações decorrentes de mais de duas décadas (1980 — 2000) de discussões e acúmulo do movimento organizado da sociedade brasileira e, em especial, do Movimento Docente.

A educação brasileira e, mais especificamente, a política de formação de profissionais da educação imposta pelo (s) governo (s), no Brasil, nos últimos seis anos (1994 — 2000), seja no primeiro Governo FHC e, mais intensamente, no segundo período, alicerça-se nas diretrizes dos organismos internacionais, particularmente no FMI e Banco Mundial. De outro lado, a proposta de educação, onde se inclui a referida formação, elaborada pelo conjunto dos movimentos sociais representados no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, as entidades sindicais, acadêmico-científicas e estudantis, entre outros, traduz os princípios e deliberações construídas ao longo da luta pela educação pública, de qualidade, socialmente referenciada, em todas as modalidades e níveis de ensino.

As entidades que integram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Andes-SN, ANDE, ANPEd, CONTEE, Fasubra, CNTE, Sinasefe, UNE, UBES, AELAC, e tantas outras desde a Constituição de 1988 e a LDB (1996), consensuaram, num processo dos mais democráticos ocorridos na educação brasileira, um Plano Nacional de Educação — PNE — Proposta da Sociedade Brasileira (1997). Esse Plano passou a constituir-se como referência de luta pela educação pública e gratuita.

Tal proposta que se sustenta numa clara concepção de mundo, de sociedade, de homem, do papel da educação e de Estado, visa a inclusão

social e o resgate do atraso educacional a que foi submetida a população brasileira. Constitui-se, portanto, num documento-referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e, por decorrência, uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, em todos os níveis.

A política educacional do Governo, elaborada a partir dos gabinetes, portanto, de “cima”, ostenta, quase sempre, programas ou projetos com características setoriais, pontuais e, portanto, fragmentadas, com enfoques meramente economicistas. Vincula educação e desenvolvimento, visando formar “recursos humanos, capital humano”, sem conceber a “educação” como instrumento que a serviço de todos enseje aumentar a probabilidade da criação científica, artística e cultural, resultando em emancipação social e política”. (PNE — Sociedade Brasileira, 1997, p. X).

Do ponto de vista do MEC e de todo o aparato do Governo montado para fazer valer sua lógica de educação excludente, nunca a iniciativa privada usufruiu tanto das benesses do Estado — em educação. A composição do Conselho Nacional de Educação — “Comandante em Chefe” das decisões da política educacional — prioriza, sempre que possível, decisões que vão ao encontro da lógica do mercado. A sustentação dessas decisões encontra apoio no Banco Mundial, pois, “saneamento das finanças públicas, privatizando toda atividade que possa desenvolver-se como negócio privado, reduzindo o gasto social ao mínimo necessário para assegurar o acesso dos setores mais pobres a pacotes de serviços básicos (água, saneamento, saúde e educação elementar), aplicando a recuperação de custos para os serviços a todos os

usuários que podem pagar em dinheiro ou em trabalho.” *La Enseñanza Superior — Las lecciones derivadas de la experiencia, 1994.*

Diante disso, refletirmos sobre os desafios da formação dos profissionais da educação, significa entender esse processo integralizando-o no contexto da política neoliberal excludente para a educação na sua totalidade.

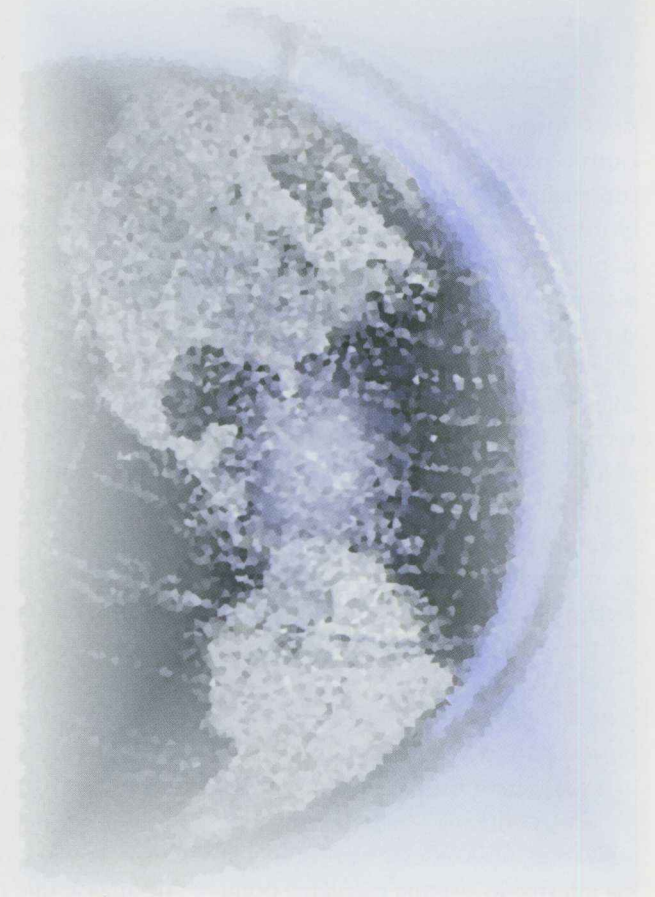
Constituindo e instituindo esse processo, tornou-se necessário, para o Governo, uma base legal de sustentação veiculando sua visão distorcida da realidade. Fazem parte desse processo as reformas constitucionais: administrativa, previdenciária, educacional — FUNDEF (Lei 9424/96) — a LDB (Lei 9394/96), Lei 9131 (institui o Conselho Nacional de Educação e os Exames Nacionais de Curso — “Provão”), o Decreto 2208/97 e a Portaria 476/98 — que modificaram o ensino técnico, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior, o SAEB e o SAEM, Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Ensino Médio, respectivamente.

O redesenho da educação brasileira não está concluído. À sua arquitetura faltam os retoques finais que darão à construção da política educacional do Banco Mundial para o Brasil os seus contornos mais perversos. A “mão-de-obra” para concretizar esse projeto — identificado pelas elites nacionais e internacionais no seu discurso político-ideológico que o apresen-

tam como a única e real possibilidade na ótica da mudança de paradigma, precisa ser “treinada” para exercer esse papel.

Tomando como base o artigo 62 da LDB, o Governo Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto 3276/99, acaba com a formação de professores para a Educação Infantil e para as Classes Iniciais (1ª a 4ª série do Ensino Fundamental) nos cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia. Tal papel, a partir desse Decreto, é substituído pelos ISES (Institutos Superiores de Educação). Esse é o avanço que a “modernidade” exige: profissionais preparados com maior rapidez e agilidade, atendendo ao princípio da “flexibilidade” e “equidade” tão a gosto do mercado.

Para atender a meta fixada na própria LDB: “formar todos os docentes para atuar na Educação Básica até 2007”, o Governo institui a



banalização e o alijamento da formação dos profissionais da educação através do Decreto 3276/99, após, modificado pelo Decreto 3554/2000 em que o “exclusivamente” é substituído pelo “preferencialmente”, como se lê abaixo: “§ 2º A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil das séries iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente, em cursos normais superiores.”

De nada adiantou essa modificação, na medida em que a lógica da “formação acelerada” está posta, sendo aberta à iniciativa privada a criação desses cursos que vão substituir a formação plena de 4 anos, sem a necessária “indissociabilidade” entre ensino, pesquisa e extensão.

A resistência a esse Decreto através de um movimento liderado pela Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), pelo Fórum dos Diretores das Faculdades de Educação, pelo Fórum Nacional em Defesa da Formação dos Professores, o qual o Andes-SN integra, resultou em uma Campanha Nacional pela revogação do Decreto 3276/99.

Não está em curso apenas uma simples mudança na formação dos profissionais da educação. A política “oficial” da formação dos professores, expressa nos diferentes textos legais, se assenta nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nas relações sociais. O Brasil, igualmente a outros países periféricos, na divisão internacional do trabalho, fruto da globalização da economia, em que o conhecimento mais do que nunca é elaborado nos países centrais — ficando o papel de “receptores” aos “menos fortes”, aos mais “pobres”, “não mais necessita de pesquisa científica e tecnológica.” Basta um “exército de reserva” na mais tradicional concepção dos anos 70. Não mais pessoal “treinado” na linha taylorista-fordista para atender ao trabalho repetitivo da eletromecânica. O país, para atender “à modernidade”, necessita de um potencial de “trabalhadores flexíveis” para o “mercado flexível” com capacidade para o trabalho especializado, agora, de base microeletrônica.

O contexto socioeconômico e suas mudanças exigem maior eficiência interna do sistema escolar: a políti-

ca educacional e, nela, a formação de profissionais da educação, deve cumprir eficientemente os seus objetivos referenciais nos mecanismos do mercado a formação dos professores para atuar na educação básica — ensino fundamental.

Assim, maior concentração nas disciplinas que formam as habilidades consideradas básicas para as necessidades do desenvolvimento nacional: linguagem, ciências e matemática são tarefas que, sob a determinação do Banco Mundial, vão orientando a política de educação: “o desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagem em nível primário e médio para satisfazer a demanda de trabalhadores flexíveis que podem facilmente adquirir novas habilidades.” *World Bank, 1995.*

Um “professor necessário” para uma “mudança necessária”, imposição da globalização da economia e da reestruturação produtiva que vão configurar a acumulação flexível, modelo de desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, “o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, etc.” (*Küenzler, 1998*)

Nenhum sistema educacional que pretende considerar a perspectiva de manter educação de qualidade social pode se omitir de investir com seriedade na formação básica e continuada dos profissionais da educação. Os Decretos presidenciais (3276/99 e 3554/2000), os Pareceres do CNE, a LDB, que no seu artigo 62 modifica o processo historicamente construído de formação plena de professores e, por último, o Projeto de Lei do Emprego Público que, associado à GED (Gratificação de Estímulo à Docência) e a GID (Gratificação e Incentivo à Docência) instituindo professor “produtivista” nas IFES — subtraem da formação dos profissionais de educação a sua verdadeira função: “estudos e prática que lhe permitam apropriar-se das diferentes formas de leitura e interpretação da realidade que se constituem em objeto de vários campos de conhecimento, mas em particular da Filosofia, da História, da Sociologia e da Economia, bem como estabelecer interlocução com os vários especialistas. A partir destes conhecimentos deverá produzir categorias de análise que permitam a elaboração

de uma síntese peculiar que tome como eixo os processos educativos, permitindo não apenas a sua compreensão, mas igualmente a intervenção na realidade.” (*Küenzler, Agosto de 2000*).

Essa formação deve estar articulada à produção do conhecimento e ocorrer nas Universidades, nas Faculdades de Educação, local próprio destinado historicamente a essa função. Substituir essa tarefa, transferindo-a para os Cursos Normais Superiores, para os Colégios de Aplicação (Rede de Formadores) ou para as Universidades Virtuais (Educação à Distância), significa precarizar a formação, articulando-a somente ao princípio da racionalidade econômica.

Ao contrário, a implementação de políticas públicas de formação básica e continuada de professores e demais profissionais da educação deve ser realizada considerando a necessidade e a possibilidade de avanço científico e tecnológico que contribua para o desenvolvimento soberano do país e atenda às necessidades da população brasileira.

Transcrevemos, a seguir, as diretrizes (resumidas) do Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira, referentes à Formação dos Profissionais da Educação

Diretrizes

Os cursos de formação de profissionais da educação, para quaisquer de seus níveis e modalidades, deverão obedecer as seguintes diretrizes curriculares:

- à a docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao estudo do trabalho pedagógico;
- à o trabalho pedagógico como foco formativo;
- à a sólida formação teórica em todas as atividades curriculares nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- à a ampla formação cultural;
- à a criação de experiências curriculares que permitam contato dos futuros profissionais com a realidade da escola, desde o início do curso;
- à a incorporação da pesquisa como princípio formativo;
- à a possibilidade de vivência, pelos futuros profissionais, de formas de gestão democrática;
- à o desenvolvimento do compro-

misso social e político da docência;

- à a reflexão sobre a formação para o magistério.

A realidade da prática educativa, particularmente aquela que ocorre nas escolas públicas de Educação Básica, deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades curriculares na formação profissional básica e continuada. O projeto pedagógico das instituições educacionais formadoras, tanto no ensino médio como no superior, será resultante de trabalho coletivo e interdisciplinar, fortalecendo a escola como local de formação contínua.

Os programas de educação à distância para a formação do magistério deverão ser suplementares e vinculados às universidades. Seu desenvolvimento pressupõe, por parte da instituição de educação superior, a predominância da educação presencial, devendo proporcionar formação cultural mais ampla, que abra novos horizontes na atuação profissional.

A formação continuada de docentes se caracterizará, principalmente, por encontros coletivos, organizados sistematicamente a partir de necessidades sentidas pelos/as professores/as, preferencialmente na própria escola onde atuam, com periodicidade determinada (semanal ou quinzenal), será contabilizada como horas-atividade, e terá como objetivo e finalidade a reflexão sobre a prática educativa e a busca dos mecanismos necessários e adequados ao seu aperfeiçoamento técnico, ético e político.

* 1ª Vice-Presidente da Regional Sul do ANDES-SN e uma das Coordenadoras do GT-Política Educacional do Andes-SN

PNE — Proposta da Sociedade Brasileira, 1997, p. 68 — 69

Bibliografia

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUCCIÓN Y FOMENTO /BANCO MUNDIAL. El desarrollo en la practica. La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia. 1994

BRASIL — Decreto n.º 3276 de 06 de Dezembro de 1999

BRASIL — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394 de 23 de Dezembro de 1996

BRASIL — Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira. II CONED, Belo Horizonte, Novembro de 1996

KÜENZER, Acácia Zeneida. As políticas de formação: a construção da identidade do “professor sobrando”. Curitiba, Mimeo, 2000

LÜDKE, Menga, MOREIRA, Antônio Flávio e CUNHA, Maria Isabel. In: Educação e Sociedade, n.º 68. Campinas, CEDES, 1999

Repêrcussos de Tendências Internacionais sobre a Formação de nossos professores

Reconstruir a democracia e a autonomia no Andes-SN para assegurar a universidade pública, gratuita e de qualidade

Roberto Leher*

O balanço de um determinado período de gestão sempre é uma atividade complexa; porém, mais árduo ainda é o retrospecto de um curto intervalo de tempo, pouco mais de dois meses, em um contexto de forte tempestade, como é o caso do mandato da atual Diretoria do Andes-SN. A dificuldade é grande pois requer escolhas sobre o que, de fato, é relevante e merece ser registrado. Considerando que as questões que caracterizam o dilúvio neoliberal estão em movimento e em transformação, o cuidado tem de ser redobrado. Para evitar um excesso de subjetivismo ou tomar o secundário como fundamental, em detrimento do exame dos aspectos centrais das políticas em curso nas universidades brasileiras, a recuperação dos propósitos assumidos na campanha eleitoral para a Diretoria do sindicato e dos elementos mais contundentes da conjuntura podem significar o fio de Ariadne.

A democracia e autonomia são os princípios norteadores de nossa concepção sindical. Desde o primeiro dia de mandato, correspondente à instalação do 40º Conad, criamos as condições para que os eventos deliberativos de nosso sindicato pudessem ocorrer de modo que o debate pudesse ser livremente estabelecido, garantindo os requisitos para que o contraditório pudesse ser praticado sem quaisquer constrangimentos. Em nossa avaliação, práticas antidemocráticas como interrupções abruptas dos eventos, por meio de saída dos membros da mesa diretora, da retirada do quórum e de outros expedientes igualmente inaceitáveis como o desligamento da mesa de som, para impedir a continuidade dos trabalhos quando uma deliberação estaria por ser toma-

da — atos infelizmente comuns nos últimos eventos realizados pela Diretoria anterior — não podem acontecer em um Sindicato como o Andes-SN: desde sua fundação, a democracia tem sido radicalmente exercida nos seus foros, mesmo nos debates em torno das questões mais polêmicas.

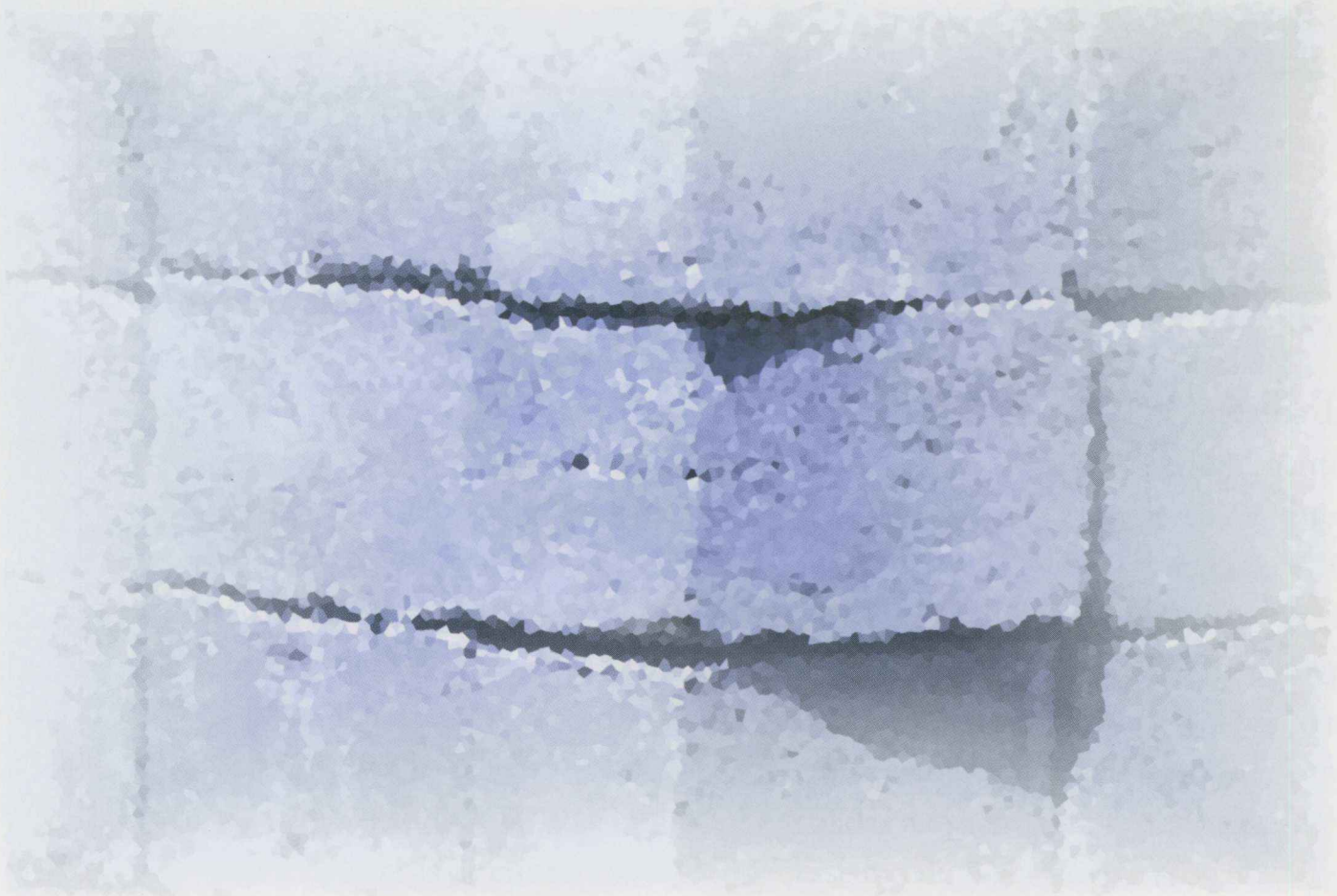
Para ser coerente, a opção pela democracia deve vir acompanhada pela autonomia do sindicato diante dos governos, dos partidos e de quaisquer interesses particularistas. Nesta perspectiva, afastamos o sindicato do Grupo de Trabalho do MEC que objetivava criar as normas necessárias para a implementação do emprego público nas Instituições Federais de Ensino Superior. Entendemos que não cabe a um sindicato assessorar o go-

verno em seus propósitos de privatizar a universidade e degradar as condições de trabalho dos professores, como é o caso do retorno dos docentes ao regime flexibilizado da CLT, em detrimento de direitos como a estabilidade e a aposentadoria integral. O mesmo se aplica à interlocução com o Governo. As reuniões já realizadas com os ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram inteiramente orientadas pelas legítimas decisões dos eventos deliberativos. Havendo fatos novos, as Assembleias devem se pronunciar. A voz dos docentes não pode ser silenciada em nome de uma metafísica captação da voz da maioria silenciosa.

Ainda em relação aos princípios que singularizam o nosso sindicato.

Herdamos uma situação em que os grupos de trabalho do sindicato estavam completamente desativados. E esta situação contribuiu para que o Andes-SN estivesse inteiramente isolado socialmente, além disso, o abandono de análises próprias a respeito dos grandes temas da universidade e da sociedade, debilitou a capacidade de luta do sindicato. A rigor, o sindicato nada tinha a dizer a ninguém, por isso o seu isolamento.

Em pouco mais de sessenta dias, todos os Grupos de Trabalho já se reuniram pelo menos uma vez e conseguimos atualizar grande parte das pautas: i) educacional (formação de professores, análise do Plano Nacional de Educação do Governo Federal, conseqüências do regime de CLT



e da carreira pretendida pelo governo federal para a universidade, exame das políticas de autonomia das estaduais, situação orçamentária das estaduais e das federais, a reforma do ensino técnico e tecnológico, as implicações dos Fundos Setoriais para as atividades de C&T, as modificações das orientações da CAPES para os novos programas de pós-graduação etc.); ii) da seguridade social (em especial, o exame da regulamentação das reformas constitucionais); iii) sindical (análise crítica das tentativas de criar o sindicato dos aposentados e da agenda do VII Congresso da CUT, acompanhamento das formas de atuação conjunta com o setor da educação por meio da realização do encontro unificado Andes-SN, UNE, Fasubra, Sinasefe, previsto para novembro); iv) de comunicação (retorno do InformAndes como órgão noticioso do sindicato); v) do setor agrário (análise das políticas agrárias, articulação com movimentos do setor como o MST), entre outras.

A retomada da produção de conhecimento por nosso movimento já ampliou a capacidade de interlocução de nosso sindicato com uma série de entidades, como: OAB, parti-

cipando do Seminário "A construção do Brasil que Desejamos"; CNBB, presente no mencionado Seminário e construindo o Plebiscito da Dívida Externa; ABI, discutindo a realização de um grande evento político no próximo ano; SBPC, por meio da realização do evento "A exclusão do Brasil da sociedade do conhecimento" durante a última reunião anual; Cineaem, participando de seus encontros e posicionamentos, Associação Nacional dos Geógrafos, por meio de conferência em seu Congresso, da ANPEd, em especial no debate a propósito da formação de professores, sem falar nas atividades regulares no âmbito da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais. Cumpre destacar também a rearticulação com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Estaremos participando ativamente das atividades do I Congresso Nacional de Educação da Câmara. O trabalho com todas essas entidades permite a ampliação das lutas contra as políticas neoliberais do FMI e de FHC, reolocando o Andes-SN como importante protagonista das lutas em favor da democracia e do ensino público.

Se é verdade que a nossa entidade está mais preparada para enfrentar as difíceis lutas em curso, não é possível ignorar que existem graves problemas. Encontramos sérios problemas organizativos no sindicato. O caixa encontrava-se deficitário quando assumimos em junho e o enigma das contas que levou os três últimos CONADS a não aprovar as contas de 1998 e 1999 ainda não está completamente elucidado. O InformAndes precisa retomar a sua função de órgão noticioso do sindicato e não da diretoria, e por isso está sendo reformulado experimentalmente, o sistema de informática e a rede precisam ser modernizados para que as informações possam fluir democraticamente.

Também as secretarias regionais estão sendo revitalizadas. Quando assumimos, perto da metade delas estavam sem sede, sem funcionários e desprovidas de equipamentos elementares, como telefone e computador. Todas as que estavam desativadas já estão instalando as suas sedes e o processo seletivo para a contratação de funcionários já está em curso. O funcionamento pleno das Regionais permitirá o fortalecimento do trabalho

conjunto com as novas Seções Sindicais e, também, favorecerá a necessária ampliação do Andes-SN nos setores das estaduais e das particulares.

O desmonte das regionais do Andes-SN impediu que as importantes greves do setor das estaduais assumisse uma dimensão nacional. Com efeito, durante um mesmo intervalo de tempo, as universidades federais estavam na greve nacional dos servidores públicos federais, assim como a Unicamp, USP, Unesp, UERJ, Unimat, UESC, todas as Estaduais do Paraná e da Bahia. Em que pese a importância de cada uma delas, não foi possível construir um movimento orgânico e unitário de luta em favor da universidade pública no País. Este é um grande desafio a ser perseguido pelos setores das estaduais e das federais. Certamente, a luta contra o emprego público nas universidades públicas propiciará as condições para que esta luta se concretize. O corolário da luta contra o emprego público, a batalha em favor de uma carreira única para os docentes das instituições de ensino superior, pode ensejar a unificação também com segmentos das particulares.

Uma avaliação preliminar indica que as principais linhas de intervenção perseguidas até o momento são fecundas, pois estão amparadas na experiência acumulada de mais de duas décadas de lutas memoráveis que contribuíram para escrever a história recente da universidade brasileira. O maior desafio é a participação diu-turna das Seções nas instâncias democráticas do Sindicato. Unificados nacionalmente com base nos princípios da democracia e da autonomia, continuaremos a escrever a história da universidade brasileira, mas inaugurando um novo capítulo: a construção da universidade socialmente referenciada, pública, gratuita, assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão para todos os que possuem um rosto humano.

*Professor da UFRJ e Presidente do Andes-SN.